Relatório & Contas 2017

GLOBALEDA

GRUPO EDA

GLOBALEDA
GRUPO EDA

Índice

Acionistas 3
Mensagem do Conselho de Administração 4
Enquadramento MacroEconómico e Setorial 5
Recursos Humanos 10
Proveitos Operacionais 12
Custos Operacionais 13
Indicadores Económico-financeiros 15
Proposta de Aplicação de Resultados 18
Informações sobre os Órgãos Sociais 19
Demonstrações Financeiras 23
Balanço 24
Demonstração dos resultados por naturezas 25
Demonstração das alterações no capital próprio 26
Demonstração de fluxos de caixa 27
Anexo às demonstrações financeiras 28

GLOBALEDA
GRUPO EDA

ACIONISTAS

EDA Electricidade dos Açores

EDA, Electricidade dos Açores, S.A. – 74,9%

NOVABASE

Novabase Business Solutions – 25,1%

Capital Social: 300.000 euros

GLOBALEDA
GRUPO EDA

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Plano de Negócios 2013-2018, que suportou o projeto de saneamento financeiro iniciado no final do ano de 2013, assente na recomposição dos capitais e na alavancagem do volume de negócios, através da capacitação da empresa para a prestação de serviços na área dos Sistemas de Informação, estabeleceu como meta para o ano de 2017 um Resultado Líquido de 273.965 euros, a par de uma Autonomia Financeira de 50% e uma Liquidez Geral de 159%. Neste exercício de 2017, regista-se um Resultado Líquido positivo de 763.855,31 euros, a Autonomia Financeira e a Liquidez Geral no final do ano eram de 63% e de 209%, respetivamente e o capital próprio 2.691.213 euros. O Volume de Negócios[1] ascendeu a 6.091.010 euros e a empresa ocupa atualmente 97 trabalhadores.

A Globaleda posiciona-se no mercado com uma oferta diferenciadora assente na sua dupla competência em Sistemas de Informação e Telecomunicações. Identificam-se dificuldades e constrangimentos próprios do mercado, mas identifica-se igualmente um conjunto de oportunidades e de potencial de criação de valor que se pretente perseguir. A visão para este projeto assume a determinação da procura e avaliação permamente de novos negócios e a gestão rigorosa dos recursos disponíveis.

Aos nossos clientes afirmamos a nossa determinação em bem servir.

Aos nossos trabalhadores deixamos uma palavra de confiança e reafirmamos o compromisso da Globaleda.

A todos que connosco colaboram, aos nossos parceiros, o reconhecimento pela cooperação.

Aos nossos accionistas um agradecimento muito especial pelo acompanhamento dispensado e pela determinação de acreditar na oportunidade de gerar valor.

[1] Considera Vendas, Prestações de Serviços e Outros Rendimentos

GLOBALEDA
GRUPO EDA

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SETORIAL

De acordo com o Boletim Económico de dezembro de 2017, as projeções do Banco de Portugal, para o período 2017- 2020 são as seguintes:

- Variação anual do Produto Interno Bruto (PIB), para Portugal, para o ano de 2017 de 2,6%, perspetivando para os anos de 2018, 2019 e 2020 uma trajetória de crescimento moderado, com taxas de 2,3%, 1,9% e 1,7%, respetivamente, valores estes muito em linha com as projeções para a zona euro;
- Taxa de desemprego prevista para 2017 de 8,9%, seguida de uma trajetória decrescente com uma projeção para 2020 de 6,0%, valor este inferior ao projetado para a zona euro (7,2%);
- Índice harmonizado de preços no consumidor de 1,6% em 2017, 1,5%, em 2018, 1,4%, em 2019 e 1,6% em 2020, valores muito próximos dos considerados para a zona euro;
- Evolução do Consumo Privado em 2017 de 2,2%, apresentando crescimentos de 2,1%, 1,8% e 1,7% para os anos de 2018, 2019 e 2020, respetivamente, valores estes superiores aos projetados para a zona euro com variações anuais de 1,9%, 1,7%, 1,7% e 1,5%, para igual período;
- Evolução do consumo público para o ano de 2017 de 0,1%, apresentando crescimentos de 0,6%, 0,4% e 0,2% para os anos subsequentes, evolução esta inferior à projetada para a zona euro que apresenta uma variação anual de 1,2%, ao longo período de 2017- 2019 e de 1,1% em 2020;
- A taxa de crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo para o ano de 2017 é de 8,3%, seguida de variações anuais para os anos subsequentes de 6,1%, 5,9% e 5,4%, taxas estas superiores às taxas perspetivadas para a zona euro;
- As exportações apresentam uma evolução de 7,7% em 2017 e crescimentos anuais de 6,5%, 5,0% e 4,1% para os anos de 2018, 2019 e 2020, respetivamente, valores estes superiores aos projetados para a zona euro com variações anuais de 5,2%, 5,3%, 4,1% e 3,8%, para igual período;

De um modo geral, regista-se, para os próximos anos, um quadro de crescimento da atividade económica, assente no crescimento das exportações, no consumo das famílias e do investimento, suportado também numa expetativa de manutenção de taxas de juro em níveis baixos, embora numa trajetória crescente, de acordo com a política monetária do BCE.

O indicador da atividade económica da Região Autónoma dos Açores, indicador composto coincidente, que permite uma leitura relativa à evolução da economia regional, a partir dados considerados como relevantes para aferir a evolução da atividade económica regional, como sejam "Leite entregue nas fábricas", "Gado Abatido", "Pesca Descarregada", "Produção de Energia", "Produção de Produtos Lácteos", "Consumo de Energia na Indústria", "Venda de Cimento", "Empregados na Construção Civil", "Passageiros Desembarcados Via Aérea", "Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros", "Empréstimos Bancários", "Prédios Transacionados" e "Levantamentos Multibanco",

apresenta uma evolução positiva em dezembro de 2017 de 2,1%. A taxa de desemprego na Região no último trimestre do ano situou-se em 9% e a taxa de inflação em 1,94%.

ENQUADRAMENTO SETORIAL

De acordo com a IDC, a transformação digital é inevitável para a maioria das empresas. As alternativas colocam-se entre optar por acomodar e tentar acompanhar as inovações, desenvolver competências de transformação digital e tornar-se um inovador, ou adotar um meio-termo e tornar-se num seguidor rápido dos inovadores, sendo necessário que as organizações avaliem as suas competências para assegurar a transformação digital. A IDC julga a maioria das organizações não conseguirá atingir a transformação digital, muitas empresas tentarão transformar-se através de uma série de iniciativas focadas em competências digitais específicas, perdendo a visão da interação e sinergias necessárias para a verdadeira Transformação Digital. Segundo a consultora, as organizações que dominarem a competências de Leadership - Visão, liderança e investimento para a transformação; Omni-experience - Abordagem à criação de experiencias multidimensionais para o ecossistema; Worksource - Gestão do talento para a transformação; Information - utilização da informação como uma vantagem competitiva e Operation Model - agilidade e eficácia do modelo operativo, serão aquelas que conseguirão integrar o processo de transformação digital.

A IDC apresentou, em novembro de 2017, as suas previsões para os próximos 3 anos, cujos dados principais se transcrevem, atendendo à sua relevância para as decisões de investimento em tecnologia da informação para a transformação digital (DX):

"

1. *Até o final de 2019, o investimento global em DX será de US$ 1,7 trilhão, representando um crescimento de 42% sobre o valor investido em 2017;*
2. *Em 2019, todas as organizações digitalmente transformadas vão gerar pelo menos 45% da sua receita em modelos de negócio baseados em "Futuro do Comércio";*
3. *Em 2020, os investidores vão avaliar os negócios digitais com métricas bem diferentes dos negócios tradicionais. Cerca de 75% do valor de mercado das empresas vai depender de índices como Participação de Plataforma, Valor de Dados e Engajamento do Consumidor;*
4. *Até o final de 2018, pelo menos 40% das empresas globais terão um time completo de liderança digital ao invés de terem apenas um único executivo no modelo Chief Digital Officer (CDO) para acelerar suas iniciativas corporativas para o modelo DX;*

5. *Até 2019, Assistentes Pessoais Digitais (Personal Digital Assistants) e Bots vão responder por apenas 1% das transações de mercado, mas vão influenciar 10% de todas as vendas, gerando crescimento de receita para as empresas que souberem dominar seu uso;*
6. *Até 2020, em metade das empresas do ranking Global 2000 o crescimento da receita gerada por produtos e serviços baseados em uso de informação será duas vezes maior que a taxa média de crescimento do seu portfólio convencional de Produtos/Serviços;*
7. *Em 2020, 85% das novas contratações de posições técnicas baseadas na operação serão projetadas para habilidades analíticas e de IA, possibilitando o desenvolvimento de projetos DX centrados em dados sem precisar buscar fora novos talentos centrados em dados;*
8. *Em 2020, um quarto (25%) das empresas do ranking Global 2000 terão desenvolvido programas de treinamento digital e cooperativas digitais para competir mais efetivamente na guerra por talentos;*
9. *Em 2019, 40% das iniciativas de transformação digital serão suportadas por recursos cognitivos e de Inteligência Artificial, acelerando a velocidade dos insights críticos para novos modelos operacionais e de monetização das empresas;*
10. *Em 2020, 60% de todas as empresas terão articulado completamente sua estratégia de plataforma digital para toda a organização e estarão em processo de implementar tal estratégia."*

O Programa Operacional para os Açores (PO AÇORES 2020), programa comparticipado pelos fundos estruturais FEDER e FSE, para o período 2014-2020, apoia o investimento das organizações na área do TIC. O programa dá grande relevância à modernização e evolução tecnológica tendo definido com objetivo temático "*Melhorar o acesso às TIC*" dando prioridade ao "*Reforço das aplicações no domínio das TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a ciberinclusão, a cultura eletrónica e a saúde em linha*" para "*promover a procura e utilização em larga escala das TIC, aumentando a disponibilidade de serviços em linha e contribuindo para a generalização do acesso e da utilização intensiva das TIC por parte dos cidadãos, bem como para uma maior competitividade das empresas e eficiência das administrações públicas. Estes investimentos visam mitigar os efeitos da descontinuidade territorial e reduzir distâncias, conectando a RUP ao resto do mundo*".

Atividade

Em 2017, a atividade da Globaleda, aferida pelo volume de negócios, incluindo outros rendimentos, apresenta um decréscimo de 12,1%, essencialmente em resultado de uma menor atividade ao nível do segmento das Infraestruturas de Telecomunicações, face à conclusão de projetos em 2016 com elevado impacto e também por um menor nível de trabalhos neste ano.

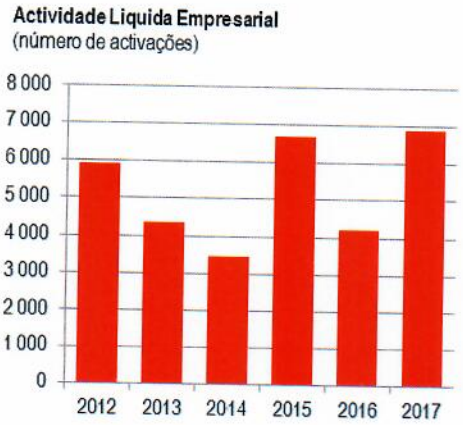
(mil euros)

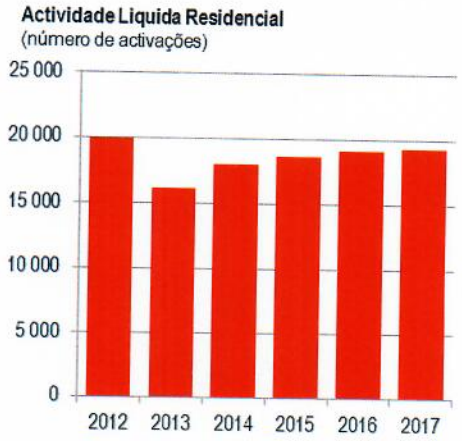
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Var. 2017/16 (%)
Móveis	2 062	1 757	1 660	1 453	989	995	0,6
Vendas	961	883	950	699	130	90	-30,6
Comissões e outros serviços	898	739	517	619	698	798	14,3
Rendimentos Suplementares	203	135	192	135	161	107	-33,5
Infraestruturas de Telecomunicações	1 762	2 348	1 743	3 272	2 732	1 354	-50,5
Sistemas de Informação	0	377	2 623	2 500	3 209	3 742	16,6
TOTAL	**3 825**	**4 481**	**6 025**	**7 225**	**6 930**	**6 091**	**-12,1**

As prestações de serviço de Operação e Manutenção de Infraestruturas de Telecomunicações compreendem as atividades de conceção, projeto, fornecimento, instalação e manutenção de infraestruturas e equipamentos de telecomunicações e ascendem a 1 354 mil euros, verificando-se um decréscimo de 50,5%, face ao valor verificado no ano anterior.

Em 2017, ao nível da atividade da Globaleda, enquanto agente comercial Vodafone destaca-se um conjunto de ações com a com vista a uma melhor articulação dos objetivos da operadora e do agente comercial, que se substanciam na remodelação da imagem das lojas, na monotorização e controlo dos resultados e no alinhamento com os comerciais. A atividade, aferida pelo volume de negócios, apresenta um crescimento de 0,6%, quando comparada com o ano anterior.

O nº de ativações regista um acréscimo da atividade liquida empresarial e residencial, embora neste último segmento com menor relevância.





Não obstante a forte dinâmica concorrencial deste mercado, a posição da Vodafone no mercado regional tem resistido, considerando-se que a Globaleda desempenhou um papel importante na persecução desse objetivo. Neste contexto, a qualidade de serviço demonstra ser fator muito relevante, aliado ao investimento na remodelação das lojas e ao alargamento da oferta de serviços e de produtos que procuram contribuir também para anular os efeitos decorrentes da inexistência de oferta convergente de televisão. Os tarifários praticados são competitivos, apelativos ao consumidor, mas de baixo valor e, portanto, de baixo *score*.

Paralelamente, a Globaleda continuou com a consolidação das atividades dos Centros Técnicos Autorizados para prestação de serviços e reparação de equipamentos terminais.

As Prestações de Serviços na área de Sistemas de Informação registaram um acréscimo de 16,6%, face a 2016. Decorrente do processo de fusão com a Novabase Atlântico, por incorporação desta na Globaleda retomou-se a atividade na área dos Sistemas de Informação dando-se continuidade às responsabilidades contratuais dos serviços prestados pela Novabase Atlântico. Este segmento de negócio tem registado um forte crescimento e a faturação atingiu o valor 3 742 milhares de euros.

Durante o ano de 2017 implementou-se o sistema integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança na empresa, segundo os referenciais NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e OHSAS 18001, cujas auditorias de decorreram no início de 2018.Temos como objetivo manter e reforçar o sistema da gestão da qualidade, promovendo a eficiência da organização, desenvolvendo as competências dos trabalhadores, de forma a contribuir para a sua valorização pessoal e profissional, assegurando a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados.

RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2017, a Globaleda contava com 86 trabalhadores ao seu serviço, dos quais 17 eram trabalhadores contratados a termo. Atualmente a Globaleda tem trabalhadores nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, São Jorge, Pico e Faial, e em Lisboa. A este quadro de pessoal corresponde um conjunto de competências fundamentais para o desenvolvimento das atividades da Globaleda.

	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2017/2016 %
São Miguel	55	59	61	61	61	0
Sta. Maria	0	1	2	1	1	0
Terceira	10	10	10	9	10	11
S.Jorge	2	2	2	2	3	50
Pico	5	5	3	3	3	0
Faial	3	3	3	3	4	33
Açores	**75**	**80**	**81**	**79**	**82**	**4**
Lisboa	**4**	**4**	**4**	**4**	**4**	**0**
Total	**79**	**84**	**85**	**83**	**86**	**4**

Qualificações Profissionais	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2017/2016 %
Quadros Superiores	12	13	17	18	16	-11,1
Técnicos Manutenção	12	13	14	12	14	16,7
Técnicos Informática	17	16	17	15	17	13,3
Técnicos Comerciais	31	35	30	30	31	3,3
Técnicos Administrativos	7	7	7	8	8	0,0
Total	79	84	85	83	86	4

Complementarmente trabalham ainda na Globaleda 11 trabalhadores da EDA, em regime de cedência. Os encargos com estes trabalhadores são registados na conta de fornecimentos e serviços externos.

Recursos Humanos (*)	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2017/2016 %
Quadros Superiores	**12**	**13**	**17**	**18**	**16**	**-11,1**
Contrato sem termo	8	8	10	11	11	**0,0**
Contratos a termo(**)	4	5	7	7	5	**-28,6**
Quadros Técnicos	**60**	**64**	**61**	**57**	**62**	**8,8**
Contrato sem termo	52	49	48	49	50	**2,0**
Contratos a termo	8	15	13	8	12	**50,0**
Administrativos e Apoio	**7**	**7**	**7**	**8**	**8**	**0,0**
Contrato sem termo	7	7	7	8	8	**0,0**
Total Pessoal	**79**	**84**	**85**	**83**	**86**	**3,6**
Quadro permanente	67	64	61	68	69	**1,5**
Contratos a termo	12	20	24	15	17	**13,3**
Pessoal EDA - Cedido	12	13	12	11	11	**0,0**
Total Recursos Humanos	91	97	97	94	97	**3,2**
Gastos Recursos Humanos (mil euro)	1 850	2 437	2 427	2 398	2 385	**-0,6**
Custo médio anual (euro)	20 324	25 119	25 023	25 508	24 583	**-3,6**

(*) Número de trabalhadores ao serviço em 31 de Dezembro (**) Inclui dois administradores a tempo inteiro

INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

PROVEITOS OPERACIONAIS

Os Proveitos Operacionais da empresa resultam essencialmente de Vendas e Prestações de Serviços e de Proveitos Suplementares relativos à comercialização de comunicações móveis e equipamentos, enquanto agente Vodafone e da prestação de serviços na área das Infraestruturas de Telecomunicações e de Sistemas de Informação.

Em 2017, os proveitos operacionais ascenderam a 6.181.962 euros. No período anterior foram 6.940.231 euros, o que corresponde a um decréscimo de 10,9%, essencialmente em resultado da diminuição da atividade na área das Infraestruturas de Telecomunicações.

(mil euros)

	2013	2014	2015	2016	2017	Var. 2017/16 (%)
Vendas	965	950	699	130	90	-30,6
Prestação de Serviços	3 381	4 883	6 391	6 639	5 894	-11,2
Subsídios à Exploração	0	0	0	10	16	60,2
Reversões	0	0	0	0	75	-
Outros Rendimentos e Ganhos	135	192	135	161	107	-33,5
TOTAL	**4 481**	**6 025**	**7 225**	**6 940**	**6 182**	**-10,9**

As vendas resultantes do período económico de 2017 ascenderam ao valor de 90 mil euros e consubstanciaram-se em vendas de telefones móveis celulares e acessórios. Em novembro de 2015, foi alterado o modelo de gestão de stocks de equipamentos móveis das lojas LVI (Lojas Vodafone Indiretas) no caso, Parque Atlântico, Vila Franca do Campo, Ribeira Grande, Madalena, Horta e Angra do Heroísmo passando a Vodafone a gerir diretamente os stocks. Assim, a partir dessa data, as rúbricas de Vendas e Custo das Mercadorias Vendidas deixaram de registar estes movimentos, passando a Globaleda a ser remunerada por uma comissão registada agora ao nível das prestações de serviços.

As prestações de serviços totalizaram 5.894.078 euros e resultam das atividades já referidas. Face ao valor obtido em 2016, de 6.639.419 euros, regista-se um decréscimo de 11,2%.

Em 2017, a faturação relacionada com a comercialização de comunicações móveis e de equipamentos de telecomunicações representou 16,3% do Volume de Negócios, considerando os rendimentos suplementares, enquanto a faturação relacionada com o projeto, instalação e manutenção de infraestruturas de telecomunicações representou 22,2%% e a faturação associada à área dos Sistemas de Informação representou 61,4%.

CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais em 2017 ascenderam a 5.229.320 euros, no ano anterior este valor foi de 6.291.591 euros, o que corresponde a um decréscimo de 16,9%.

(mil euros)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Var. 2017/16 (%)
Custo das Mercadorias Vendidas	1 034	966	945	674	122	96	-21,0
Fornecimentos e Serviços Externos	1 725	2 228	2 781	3 902	4 035	3 026	-25,0
Gastos com o pessoal	1 319	1 415	1 787	1 845	1 851	1 865	0,8
Amortizações	40	46	145	215	210	235	11,9
Imparidades	46	7	1	28	65	0	-100,0
Outros gastos e perdas	11	7	24	16	9	7	-19,7
TOTAL	**4 175**	**4 670**	**5 682**	**6 679**	**6 292**	**5 229**	**-16,9**

Os custos com Fornecimentos e Serviços Externos ascenderam a 3.025.930 euros, representaram 58% dos gastos operacionais, já os gastos com pessoal ascenderam a 1.865.367 euros e representam 36% dos gastos operacionais.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis e intangíveis ascenderam ao valor de 234.605 euros.

A utilização de recursos decorre das necessidades alinhadas com as oportunidades que o mercado oferece ao longo de todo o exercício económico. As análises comparativas relativamente ao exercício económico anterior e ao plano devem ter em consideração as diferenças na composição do trabalho em concreto, que podem apresentar incidência e valor de projetos com maior ou menor grau de competências internas, margens distintas, ou outras

condicionantes.

(euro)

	2016	2017		2017/2016		2017 Exec. / Prev.	
	Executado	Previsto	Executado				
Custo das Mercadorias Vendidas	121.683	142.380	96.147	-25.535	-21,0%	-46.233	-32,5%
Fornecimentos e Serviços Externos	4.034.538	2.392.301	3.025.930	-1.008.608	-25,0%	633.629	26,5%
Gastos com o Pessoal	1.851.355	1.923.947	1.865.367	14.012	0,8%	-58.580	-3,0%
Imparidades de Dívidas a Receber	65.271	0	1.818	169.334	259,4%	1.818	-
Amortizações e Depreciações	209.621	250.090	234.605	-202.351	-96,5%	-15.485	-6,2%
Outros Gastos e Perdas	9.051	11.298	7.270	-1.781	-19,7%	-4.028	-35,6%
Gastos Operacionais	**6.291.519**	**4.720.016**	**5.231.138**	**-1.054.929**	**-16,9%**	**511.122**	**10,8%**
Resultado Líquido	**505.564**	**112.742**	**763.855**	**258.290**	**51,1%**	**651.112**	**577,5%**

Os gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo, alojamento e frota automóvel totalizaram 222.353 euros, um decréscimo de 15.137 euros relativamente ao ano anterior. Os Gastos Operacionais, embora registem um decréscimo relativamente ao ano de 2016, ultrapassam o valor previsto para o ano de 2017, situação esta essencialmente relacionada com a prestação de serviços a clientes.

(euro)

	2016	2017	2017/16	
Gastos com Comunicações	55 152	53 405	-1 747	-3,2%
Deslocações, Estadas e Alugueres de Viaturas	49 378	43 607	-5 771	-11,7%
Ajudas de Custo	19781	21 648	1 867	9,4%
Frota Automóvel	113 178	103 692	-9 486	-8,4%
Total	237 490	222 353	-15 137	-6,4%

GLOBALEDA
GRUPO EDA

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

O resultado líquido do período de 2017 foi positivo, no valor de 763.855 euros.

(euro)

BALANÇO	2013	2014	2015	2016	2017
ATIVO NÃO CORRENTE	**938.237**	**1.042.643**	**1.062.855**	**986.381**	**929.632**
Ativos fixos tangíveis	749.814	728.477	838.848	891.034	929.253
Ativos intangíveis	0	165.297	108.624	51.951	0
Participações financeiras	5	5	5	5	5
Ativos por impostos diferidos	188.418	148.864	115.378	43.391	374
ATIVO CORRENTE	**3.145.319**	**2.861.220**	**3.931.303**	**3.652.166**	**3.375.227**
Inventários	129.909	109.251	24.698	16.035	16.595
Clientes	2.299.682	2.056.439	3.291.998	3.008.891	1.984.226
Adiantamentos a fornecedores	30.803	3.924	14.766	9.140	0
Estado e outros entes públicos	22.329	5.587	0	0	0
Outras contas a receber	375.322	463.114	512.190	539.288	791.309
Diferimentos	31.641	36.801	22.905	68.222	9.623
Ativos não correntes detidos p/venda	160.814	0	0	0	0
Caixa e depósitos bancários	94.819	186.104	64.746	10.591	573.473
ATIVO LIQUIDO	**4.083.556**	**3.903.863**	**4.994.158**	**4.638.547**	**4.304.859**
CAPITAL PRÓPRIO	**786.472**	**986.100**	**1.421.794**	**1.927.358**	**2.691.213**
Capital realizado	300.000	300.000	300.000	300.000	300.000
Reservas legais	64.464	64.464	64.464	64.464	64.464
Outras reservas	500.866	500.866	500.866	500.866	500.866
Resultados transitados	-15.737	-78.858	120.770	556.465	1.062.028
Resultado liquido do periodo	-63.121	199.628	435.694	505.564	763.855
PASSIVO NÃO CORRENTE	**875.893**	**426.914**	**113.795**	**0**	**0**
Empréstimos de acionistas	875.893	426.914	113.795	0	0
PASSIVO CORRENTE	**2.421.191**	**2.490.849**	**3.458.569**	**2.711.190**	**1.613.646**
Fornecedores	959.149	1.348.404	1.548.890	861.018	667.022
Estado e outros entes públicos	191.951	132.380	282.485	153.324	298.165
Financiamentos obtidos	605.643	273.979	817.098	1.192.385	0
Outras contas a pagar	616.057	696.131	356.686	317.950	305.853
Diferimentos	48.391	39.955	453.410	186.514	342.606
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	**4.083.556**	**3.903.863**	**4.994.158**	**4.638.547**	**4.304.859**

Em 2013, foi desenhado o plano de recuperação assente na reorganização da atividade da empresa, tendo por objetivo o acréscimo do volume de negócios, a contenção de despesas e a recomposição societária, decisões essas indispensáveis para a reposição e reestruturação dos capitais próprios.

O saneamento financeiro consistiu na transformação de créditos dos acionistas em prestações acessórias, nos montantes de 973.540 euros e 680.644 euros na Globaleda e na sociedade incorporada, antes da fusão, para cobertura de prejuízos transitados à data de 30 de setembro de 2013, na justa proporção dos capitais detidos, e reforço de capital próprio da sociedade incorporante, seguido da redução do capital social resultante da fusão, no valor de 700.000 euros para 300.000 euros. Simultaneamente foi contemplada a transformação de créditos de curto prazo da EDA em créditos de médio prazo, remunerados, de modo a restabelecer a liquidez da empresa, no valor de 875.893 euros, que conforme projetado já se encontram totalmente saldados. Verifica-se a recuperação dos principais indicadores económicos e financeiros da empresa com particular ênfase para os Capitais Próprios e a consequente melhoria dos restantes indicadores, nomeadamente de solvabilidade e de liquidez, conforme se pode aferir no quadro seguinte:

(milhares de euro)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Volume de Negócios	**3 828**	**4 481**	**6 025**	**7 225**	**6 930**	**6 091**
Variação anual	-13%	17%	34%	20%	-4%	-12%
Custos Operacionais	**4 175**	**4 670**	**5 682**	**6 679**	**6 292**	**5 229**
Variação anual	-17%	12%	22%	18%	-6%	-17%
EBIT (Resultado Operacional)	**-347**	**-189**	**343**	**546**	**649**	**953**
Margem	**-9%**	**-4%**	**6%**	**8%**	**9%**	**16%**
EBITDA (EBIT + Amortizações)	**-307**	**-142**	**488**	**761**	**858**	**1 187**
Margem	-8%	-3%	8%	11%	12%	19%
Resultado Líquido	**-429**	**-63**	**200**	**436**	**506**	**764**
Capitais Próprios	**-408**	**786**	**986**	**1 422**	**1 927**	**2 691**
Liquidez Geral (%)	**55**	**130**	**115**	**114**	**135**	**209**
Activo Corrente/Passivo Corrente						
Autonomia Financeira (%)	**-18**	**19**	**25**	**28**	**42**	**63**
Capital Próprio/Ativo Líquido						
Solvabilidade (%)	**-15**	**24**	**34**	**40**	**71**	**167**
Capital Próprio/Capital Alheio						
Solvabilidade Total (nº)	**0,85**	**1,24**	**1,34**	**1,40**	**1,71**	**2,67**
Ativo Líquido/Passivo Total						

GLOBALEDA
GRUPO EDA

PERSPETIVAS

Embora se possa identificar uma melhoria gradual da envolvente macroeconómica para 2018 e anos seguintes, julga-se adequado manter prudência na análise perspetiva, traçando-se um cenário base moderado para que os indicadores de desempenho económico e financeiro da empresa sejam sujeitos a fatores de maior adversidade. Esta metodologia não significa uma limitação dos objetivos ao nível dos negócios e do desempenho da empresa.

Ao nível da comercialização de comunicações móveis e de equipamentos e acessórios, assente no consumo residencial e empresarial, perspetiva-se um acréscimo moderado relativamente ao valor verificado em 2017. Na área de telecomunicações, para além das atividades de operação e manutenção relativas a contratos existentes, considera-se um acréscimo moderado do volume de faturação, face a 2017. No que respeita à área dos sistemas de informação identifica-se potencial de trabalho a desenvolver nos mercados privado e público estimando-se, no entanto, um decréscimo da faturação relativamente ao ano de 2017.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com a alínea j) do artigo 16.º dos estatutos da sociedade, o Conselho de Administração propõe aos senhores acionistas que o resultado líquido apurado no período, no valor de 763.855,31 euros, seja aplicado da seguinte forma:

Resultados Transitados ----------763.855,31 euros

Ponta Delgada, 23 de março de 2018.

O Conselho de Administração,

Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins

(Presidente)

Paulo Alexandre Luís Botelho Moniz

(Administrador)

Pedro Daniel Melo Leite

(Administrador)

INFORMAÇÕES SOBRE OS ÓRGÃOS SOCIAIS

A GLOBALEDA é uma empresa pública que integra o sector público empresarial da Região Autónoma dos Açores. É-lhe aplicável o regime aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008 /A, de 24 de março. De acordo com o art.º 16.º daquele diploma, os relatórios anuais das empresas públicas regionais, além dos elementos que caracterizam as respetivas situações económicas e financeiras, deverão conter um conjunto de informações que de seguida se explicitam.

Orientações Estratégicas

As orientações estratégicas aplicáveis à Globaleda, S.A. estão vertidas nas propostas de Plano Plurianual e do Orçamento que, anualmente, a Assembleia Geral aprova. O referido documento é publicado no site da empresa em www.globaleda.pt, na seção Relatórios.

Estrutura e Composição dos Órgãos Sociais

O Governo Societário da empresa, de acordo com n.º 1 do art.º 7.º do pacto social, tem a seguinte configuração: Assembleia Geral, Conselho de Administração e Fiscal Único. Os Órgãos Sociais para o triénio 2015/2017 foram eleitos em Assembleia Geral realizada no dia 14 agosto de 2015. Em 12 de janeiro de 2016, a Assembleia Geral, face à renúncia do senhor Eng. Paulo Meneses ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, procedeu à sua substituição, tendo sido eleita Presidente do Conselho de Administração a senhora Dr.ª Maria do Carmo Cabrita M. Marques Martins. Foi igualmente ratificada nessa reunião da Assembleia Geral a cooptação para o cargo de Administrador o senhor Dr. Pedro Daniel Melo Leite.

A composição dos Órgãos Sociais durante o ano de 2017 foi a seguinte:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:	Dr.ª Maria do Carmo C. M. Marques Martins
Administrador:	Eng. Paulo Alexandre Luís Botelho Moniz
Administrador:	Dr. Pedro Daniel Melo Leite

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente:	Eng.ª Maria del Carmen Gil Marin
Secretário:	Dr. José Emanuel Lopes Fernandes

FISCAL ÚNICO

Efetivo:	UHY & ASSOCIADOS, SROC, Lda., representada por Manuel Luís Fernandes Branco, ROC n.º 652
Suplente:	António Tavares da Costa Oliveira, ROC n.º 656.

GLOBALEDA
GRUPO EDA

Principais elementos curriculares de cada um dos membros do órgão de gestão e administração;

Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins: licenciada em Organização e Administração de Empresas, pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, em 1987. Quadro Superior da Electricidade dos Açores, S.A. desde 1987, onde exerceu as funções de Chefe de Serviço de Plano e Informação de Gestão, de 1990 a 1998; Diretora da Direção de Serviços Comercial e de Controlo de Gestão do Centro de Exploração da ilha de São Miguel, de janeiro de 1999 a novembro de 2000; Diretora da Direção Planeamento de Redes e Análise de Investimentos, de novembro a dezembro de 2000. Adjunta do Secretário Regional da Economia, do VIII Governo Regional dos Açores, de dezembro de 2000 a dezembro de 2004; Membro do Conselho Consultivo da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos de junho de 2002 a novembro de 2009 e de maio de 2014 à data. Chefe de Gabinete do Secretário Regional da Economia do IX Governo Regional dos Açores, de dezembro de 2004 a novembro de 2008; Assessora do Conselho de Administração da Norma Açores, S.A., em regime de cedência pela EDA, S.A., de novembro de 2008 a março de 2009; Vogal do Conselho de Administração da Norma Açores, S.A, de abril de 2009 a março de 2012. Vogal do Conselho de Administração da EDA S.A., de maio de 2011 a fevereiro de 2018. Vogal do Conselho de Administração da EDA Renováveis, S.A. de junho de 2011 à data. Presidente do Conselho Administração da Norma Açores, S.A., de abril de 2012 à data. Vogal do Conselho de Administração da Globaleda,S.A, de abril de 2012 a janeiro de 2016 e Presidente do Conselho de Administração da Globaleda, S.A., desde então à data.

Paulo Alexandre Luis Botelho Moniz Licenciado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores, ramo Telecomunicações e Eletrónica pelo Instituto Superior Técnico, no ano letivo de 1992/93. Mestrado em Engª. Eletrotécnica e de Computadores, pelo Instituto Superior Técnico (Eletrónica e Automação Industrial), no ano letivo de 1996/97. Em Maio de 97 foi nomeado Diretor do Gabinete de Novos Negócios na EDA, S.A Em Abril de 98 foi nomeado Diretor Geral da Empresa Globaleda,SA; Em Janeiro de 2000 foi nomeado Administrador Delegado da ONIAÇORES, SA; Em Março de 2002 foi nomeado Administrador Delegado da Globaleda,S.A., acumulando a Direção Técnica da Empresa; Em 1993/94 ingressou na Universidade dos Açores, onde é assistente convidado no Departamento de Ciências Tecnológicas e Desenvolvimento; Foi Presidente do Conselho Diretivo da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Engenheiros; Presidente da ACIST- Associação Empresarial de Comunicações de Portugal.

Pedro Daniel Melo Leite: Licenciado em Matemática/Informática, pela Universidade dos Açores, em 2001. Quadro técnico, Programador Informático da Globaleda, S.A. a partir de 2000, tendo passado a Quadro Superior a partir de 2001. Entre 2004 e 2008 passou a exercer as funções de Coordenador de Área Técnica na Globaleda, S.A. Entre

2002 e 2006 exerceu as funções de Docência na Universidade dos Açores, como assistente convidado. De 2009 a 2013, exerceu o cargo de Diretor na Novabase Atlântico, S.A. Entre 2014 e 2015 assumiu a Coordenação do Serviço de Projetos e Consultoria da Globaleda, S.A. Em dezembro de 2015, foi nomeado Vogal do Conselho de Administração da Globaleda,S.A. que exerce à data.

Atualmente exerce as funções de Vogal da Direção do Instituto Cultural Padre João José Tavares, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Geral do Centro Sócio-Cultural de São Pedro e Secretário da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Santo António de Lagoa.

Cargos Ocupados pelos Administradores noutras Empresas:

Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins: Administradora da EDA, S.A., durante o presente exercício e até fevereiro de 2018, da EDA Renováveis, S.A. e Presidente do Conselho de Administração da Norma Açores, S.A..

Remunerações dos Órgãos Sociais

Em 14 de agosto de 2015, a Assembleia Geral determinou para o mandato 2015/17 que a componente fixa da remuneração mensal do Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Executivo, seja no mesmo valor, ou seja de € 5.269,05, sujeita a reduções remuneratórias, quando legalmente aplicável. Deliberou ainda que a sociedade suporte os encargos decorrentes de benefícios sociais estabelecidos no quadro de origem. Posteriormente, aquando da recomposição do Conselho de Administração, em 12 de janeiro de 2016, a Assembleia Geral deliberou aprovar que a sociedade continue a remunerar as funções executivas, tal como aconteceu no mandato anterior e determinar que a componente fixa da remuneração mensal do novo Administrador Executivo seja igual à que vinha sendo praticada para esse cargo. Não foram fixadas remunerações para a Presidente do Conselho de Administração, nem para os membros da Assembleia Geral, que não são remunerados.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA GLOBALEDA[2]

Presidente	- €
Administrador	96.915,22 €
Administrador	91.995,36 €

[2] Remunerações e Outros Encargos

GLOBALEDA
GRUPO EDA

Indicação do Número de Reuniões do Órgão de Gestão e Administração com Referência Sucinta às Matérias Versadas

De acordo com os estatutos da empresa o Conselho de Administração reúne com a periodicidade que ele próprio determinar e sempre que for convocado pelo seu presidente ou por dois administradores. Durante o ano de 2017 o Conselho de Administração realizou nove reuniões para deliberar sobre os assuntos relativos à gestão corrente da sociedade. As matérias versadas respeitaram à execução do Plano de Atividades e Orçamento de acordo com a estratégia neste delineada, à gestão corrente da sociedade no âmbito da atividade comercial da empresa e das funções de suporte, administrativa, financeira e de recursos humanos, através da apreciação das contas mensais da apreciação dos *Tableau de Bord* mensais, com desagregação de resultados por cada uma das áreas de negócio, bem como da Proposta de Plano Plurianual e do Orçamento para 2018.

Para cada reunião do Conselho de Administração foi elaborada uma ata com as deliberações relativas aos assuntos tratados.

Ações próprias

Em 31 dezembro de 2017 a empresa não detinha ações próprias.

Negócios entre a sociedade e os seus administradores

Não existem quaisquer situações previstas no artigo 397.º do CSC.

Sucursais da sociedade

A empresa não tem quaisquer sucursais.

GLOBALEDA
GRUPO EDA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

GLOBALEDA
GRUPO EDA

BALANÇO

	Nota	31 de dezembro 2017	2016
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	929.253	891.034
Ativos intangíveis	7	-	51.951
Outros investimentos financeiros	8	5	5
Ativos por impostos diferidos	9	374	43.391
		929.632	**986.381**
Corrente			
Inventários	10	16.595	16.035
Clientes	11	1.984.227	3.008.891
Outros créditos a receber	13	791.309	548.428
Diferimentos	14	9.623	68.222
Caixa e depósitos bancários	4	573.473	10.591
		3.375.227	**3.652.167**
Total do ativo		**4.304.859**	**4.638.548**
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital subscrito	15	300.000	300.000
Reservas legais	16	64.464	64.464
Outras reservas	16	500.866	500.866
Resultados transitados	16	1.062.028	556.464
Resultado liquido do periodo		763.855	505.564
Total do capital próprio		**2.691.213**	**1.927.357**
Passivo			
Corrente			
Fornecedores	17	667.022	861.018
Estado e outros entes públicos	12	298.165	153.324
Financiamentos obtidos	18	-	1.191.914
Outras dívidas a pagar	19	305.853	318.421
Diferimentos	14	342.606	186.514
		1.613.646	**2.711.191**
Total do passivo		**1.613.646**	**2.711.191**
Total do capital próprio e do passivo		**4.304.859**	**4.638.548**

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

Maria do Carmo Cabrita Marques Matias Martins

Paulo Alexandre Luis Botelho Moniz

Pedro Daniel Melo Leite

GLOBALEDA
GRUPO EDA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	Nota	Período 2017	Período 2016
Vendas e serviços prestados	20	5.983.995	6.768.995
Subsídios à exploração	23	16.400	10.237
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	21	(96.147)	(121.683)
Fornecimentos e serviços externos	22	(3.025.930)	(4.034.538)
Gastos com o pessoal	23	(1.865.367)	(1.851.355)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	11	74.552	(65.271)
Outros rendimentos	24	107.015	161.000
Outros gastos	25	(7.270)	(9.051)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**1.187.248**	**858.333**
Gastos /reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	(234.605)	(209.621)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**952.643**	**648.712**
Juros e gastos similares suportados	26	(10.414)	(21.072)
Resultado antes de impostos		**942.229**	**627.640**
Imposto sobre o rendimento do período	27 e 9	(178.374)	(122.077)
Resultado líquido do período		**763.855**	**505.564**
Resultado por ação básico	15	12,73	8,43

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

Maria do Carmo Cabrita Marques Matias Martins

Paulo Alexandre Luís Botelho Moniz

Pedro Daniel Melo Leite

GLOBALEDA
GRUPO EDA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

	Nota	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
A 1 de janeiro de 2016		**300.000**	**64.464**	**500.866**	**120.770**	**435.694**	**1.421.794**
Alterações no período							
Aplicações dos resultados	16	-	-	-	435.694	(435.694)	-
		-	**-**	**-**	**435.694**	**(435.694)**	**-**
Resultado líquido do período						505.564	505.564
Resultado integral						**505.564**	**505.564**
A 31 de dezembro de 2016		**300.000**	**64.464**	**500.866**	**556.464**	**505.564**	**1.927.357**
A 1 de janeiro de 2017		**300.000**	**64.464**	**500.866**	**556.464**	**505.564**	**1.927.357**
Alterações no período							
Aplicações dos resultados	16	-	-	-	505.564	(505.564)	-
		-	**-**	**-**	**505.564**	**(505.564)**	**-**
Resultado líquido do período						763.855	763.855
Resultado integral						**763.855**	**763.855**
A 31 de dezembro de 2017		**300.000**	**64.464**	**500.866**	**1.062.028**	**763.855**	**2.691.213**

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

Maria do Carmo Cabrita Marques Matias Martins

Paulo Alexandre Luís Botelho Moniz

Pedro Daniel Melo Leite

GLOBALEDA
GRUPO EDA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	Notas	Período findo em 31 de dezembro 2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		8.232.709	8.257.698
Pagamentos a fornecedores		(3.863.052)	(5.808.622)
Pagamentos ao pessoal		(1.812.474)	(1.799.758)
Caixa gerada pelas operações		2.557.183	649.319
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(56.966)	(28.342)
Outros recebimentos/ pagamentos		(455.663)	(618.025)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		**2.044.553**	**2.951**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(277.479)	(289.746)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1.033	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		**(276.446)**	**(289.746)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1.626.000	4.410.000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(2.817.914)	(4.148.979)
Juros e gastos similares		(13.311)	(28.381)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		**(1.205.225)**	**232.640**
Variação de caixa e seus equivalentes		562.882	(54.155)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	10.591	64.746
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	**573.473**	**10.591**

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

Maria do Carmo Cabrita Marques Matias Martins

Paulo Alexandre Luís Botelho Moniz

Pedro Daniel Melo Leite

GLOBALEDA
GRUPO EDA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 Introdução

A Globaleda – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A., (referida neste documento como Globaleda ou Empresa) foi constituída em 23 de setembro de 1997 e tem como objeto a conceção, estudo e acompanhamento de projetos na área das telecomunicações e dos sistemas de informação, bem como na comercialização de telefones móveis celulares.

A Globaleda desenvolve como atividades principais:

i) Atividade de consultadoria, desenvolvimento e operação de sistemas informáticos, designadamente prestação de serviços de consultadoria, ao abrigo do contrato outsourcing EDA;

ii) Comercialização de telemóveis e acessórios – a Globaleda é representante da Vodafone, possuindo uma rede de lojas com imagem 100% Vodafone e efetuando a promoção de produtos de propriedade da Vodafone; e

iii) Operação e manutenção de infraestruturas de telecomunicações – a Globaleda assegura a operação e manutenção de todas as redes de telecomunicações privadas da EDA e de outros operadores de telecomunicações.

A Globaleda pertence ao Grupo EDA, sendo detida em 74,9% pela Electricidade dos Açores, S.A. e em 25,1% pela Novabase Business Solutions.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2018. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Globaleda, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Estas demonstrações financeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas pela EDA – Electricidade dos Açores, S.A., pelo método da consolidação integral.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, e de acordo com a estrutura concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela da Portaria nº 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF".

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Globaleda, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.21.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, preparadas no pressuposto da continuidade das operações, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Globaleda e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

iii) Cotações utilizadas

Em 31 de dezembro as cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos foram as seguintes:

Moeda	2017	2016
USD	1,1993	1,0541

Fonte: Cotações do Banco Central Europeu à data de 31 de dezembro

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos, são capitalizados no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes por duodécimos. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 20 a 50 anos
Equipamento básico	Entre 1 a 7 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	Entre 7 a 10 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 4 a 18 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis são efetuados testes de imparidade de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário, registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração dos resultados, rubrica de Outros gastos ou Outros rendimentos.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados: (i) ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e (ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A Globaleda reconhece como ativos intangíveis os montantes despendidos com software adquirido a terceiros, bem como os custos de parametrização incorridos.

A Globaleda valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada. A Globaleda não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

3.4. Imparidade de ativos não financeiros

A Empresa avalia os ativos não financeiros para efeitos de imparidade consoante a sua natureza.

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a depreciação/amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais realizados à data do relato financeiro anual. Os ativos com vida útil definida são revistos quanto à imparidade quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável.

Para efeitos de determinação da existência de imparidade a Empresa calcula o valor recuperável do ativo ou conjunto de ativos. O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa regista a respetiva perda por imparidade.

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as amortizações e depreciações dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.5. Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados/mensurados como:
(a) Ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A Globaleda classifica e mensura ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

São registados ao custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, créditos a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Globaleda classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do período, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A Globaleda avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a Globaleda reconhece uma perda por imparidade na Demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.6. Inventários

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. Subsequentemente os inventários são valorizados ao menor valor entre o custo de aquisição e o valor de realização líquido. O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

Em 19 de novembro de 2015, foi acordado que a gestão de inventários das lojas fosse assumida diretamente pela Vodafone justificando-se a redução significativa do equipamento de propriedade da Globaleda.

3.7. Clientes e Outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. Os ajustamentos por imparidade referentes a dívidas de terceiros, designadamente Clientes, são constituídos tendo em conta critérios comerciais de avaliação dos riscos efetivos de cobrança, identificados no final de cada período. As perdas por

imparidade dos clientes e outros créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração dos resultados, em Imparidade de dívidas a receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.

O montante de perda por imparidade para um instrumento mensurado ao custo amortizado é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro original efetiva do ativo financeiro.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou (b) A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro; ou (c) A entidade, apesar de reter alguns riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro, tenha transferido o controlo do ativo para uma outra parte e esta tenha a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a uma terceira parte não relacionada e a possibilidade de exercício dessa capacidade unilateralmente sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência. Se tal for o caso a entidade deve: (i) desreconhecer o ativo; e (ii) reconhecer separadamente qualquer direito e obrigação criada ou retida na transferência.

3.8. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.9. Capital

O capital estatutário da empresa corresponde às ações ordinárias emitidas. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.10. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/mensurados como:
(a) Ao custo amortizado; ou
(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A Globaleda classifica e mensura ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, dívidas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.).

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

3.11. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na Demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Globaleda possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.12. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na Demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 20%, correspondendo a uma taxa nominal de 16,80%. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no Balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

3.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Globaleda tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos

internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Globaleda divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.14. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a Globaleda detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificados como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Globaleda não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Globaleda tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na Demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.15. Subsídios e apoios do Governo

A Globaleda reconhece os subsídios do Estado Português, do Governo Regional e da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.16. Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.17. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade da Globaleda. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da venda de produtos é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para a Globaleda; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

O rédito reconhecido pela Globaleda resulta:

i) das comissões obtidas da Vodafone decorrentes da venda de pacotes de comunicações, cartões e ativações;

ii) da prestação de serviços de operação e manutenção de redes de telecomunicações. O rédito é reconhecido com base na percentagem de acabamento;

iii) da prestação de serviços de consultadoria, desenvolvimento e operações de sistemas informáticos.

3.18. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Globaleda é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus acionistas.

3.19. Compensação de saldos e transações

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados salvo se exigido ou permitido pelas NCRF.

3.20. Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a Globaleda tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para pagar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

Dada a atividade da Globaleda e de acordo com a legislação vigente, considera-se não existir passivos ambientais relevantes a registar nas demonstrações financeiras.

3.21. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Globaleda são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.21.1 Provisões

A Globaleda analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.21.2 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na Demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

3.21.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Globaleda, tais como: i) a disponibilidade futura de financiamento; e ii) o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.22. Acontecimentos após a data de balanço

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais.

4 Fluxos de caixa

4.1 - Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A Globaleda não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização para os períodos apresentados.

4.2 – Detalhe da rubrica de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	2017	2016
Caixa	248	142
Depósitos bancários	573.225	10.449
	573.473	**10.591**

Os valores acima foram os considerados para efeitos da elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1. Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Empresa.

5.2. Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela Globaleda para os períodos apresentados.

5.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

A Globaleda não procedeu à alteração dos procedimentos de determinação das estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no período ou em períodos futuros.

5.4. Erros de períodos anteriores

Não se verificou no período qualquer correção de erros identificados relativamente a períodos anteriores.

GLOBALEDA
GRUPO EDA

6 Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 os movimentos registados em rubricas dos Ativos fixos tangíveis foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Total
1 de janeiro de 2017							
Custo de aquisição	170.826	563.441	1.503.299	487.316	466.496	237.184	3.428.563
Depreciações acumuladas	-	(175.752)	(1.215.863)	(456.777)	(458.054)	(231.083)	(2.537.528)
Valor líquido	**170.826**	**387.689**	**287.437**	**30.539**	**8.442**	**6.101**	**891.034**
Movimento de 2017							
Adições	-	-	216.796	-	1.078	3.000	220.874
Alienações	-	-	-	(9.208)	-	-	(9.208)
Depreciação - período	-	(11.123)	(148.292)	(15.527)	(5.426)	(2.287)	(182.654)
Depreciação - alienações	-	-	-	9.208	-	-	9.208
	170.826	**376.566**	**355.940**	**15.012**	**4.095**	**6.814**	**929.253**
31 de dezembro de 2017							
Custo de aquisição	170.826	563.441	1.720.095	478.107	467.574	240.184	3.640.228
Depreciações acumuladas	-	(186.875)	(1.364.155)	(463.095)	(463.479)	(233.370)	(2.710.975)
Valor líquido	**170.826**	**376.566**	**355.940**	**15.012**	**4.095**	**6.814**	**929.253**

GLOBALEDA
GRUPO EDA

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016 os movimentos registados em rubricas dos Ativos fixos tangíveis foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Total
1 de janeiro de 2016							
Custo de aquisição	170.826	563.441	1.325.830	460.628	465.886	237.182	3.223.794
Depreciações acumuladas	-	(164.629)	(1.113.624)	(424.900)	(452.316)	(229.477)	(2.384.947)
Valor líquido	**170.826**	**398.812**	**212.205**	**35.729**	**13.570**	**7.707**	**838.848**
Movimento de 2016							
Adições	-	-	177.836	26.687	611	-	205.134
Alienações	-	-	(367)	-	-	-	(367)
Depreciação - período	-	(11.123)	(102.605)	(31.877)	(5.738)	(1.604)	(152.948)
Depreciação - alienações	-	-	367	-	-	-	367
	170.826	**387.689**	**287.437**	**30.539**	**8.442**	**6.101**	**891.034**
31 de dezembro de 2016							
Custo de aquisição	170.826	563.441	1.503.299	487.316	466.496	237.184	3.428.563
Depreciações acumuladas	-	(175.752)	(1.215.863)	(456.777)	(458.054)	(231.083)	(2.537.528)
Valor líquido	**170.826**	**387.689**	**287.437**	**30.539**	**8.442**	**6.101**	**891.034**

As principais aquisições registadas em Equipamento básico foram realizadas no âmbito do contrato de prestação de serviços de outsourcing com o acionista EDA, S.A..

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização da Demonstração dos resultados pela sua totalidade.

7 Ativos intangíveis

O valor dos ativos intangíveis registados pela Globaleda referem-se a programas de computador. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	2017	2016
A 1 de janeiro		
Custo de aquisição	178.278	178.278
Amortizações acumuladas	(126.327)	(69.654)
Valor líquido	**51.951**	**108.624**
Adições	-	-
Amortização - período	(51.951)	(56.673)
	-	**51.951**
31 de dezembro		
Custo de aquisição	178.278	178.278
Amortizações acumuladas	(178.278)	(126.327)
Valor líquido	**-**	**51.951**

8 Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a participações em instrumentos de capital, sobre os quais a Empresa não tem controlo ou influência significativa e apresenta a seguinte decomposição:

	% detida	2017	2016
ONIAÇORES	0,002	5	5
		5	**5**

9 Ativos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no Balanço pelo seu valor bruto. O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos para os períodos apresentados é como se segue:

	2017	2016
Impacto na demonstração dos resultados		
Ativos por impostos diferidos	(43.017)	(71.987)
	(43.017)	**(71.987)**

O movimento ocorrido na rubrica de Ativos por impostos diferidos, que se refere à imparidade de clientes não aceite fiscalmente e prejuízos fiscais reportáveis, resume-se como segue:

	Prejuízos fiscais	Provisões não aceites	Total
A 1 de janeiro de 2017	**27.030**	**16.361**	**43.391**
Constituição por resultados	-	374	374
Reversão por resultados	(27.030)	(16.361)	(43.391)
Movimento do período	**(27.030)**	**(15.987)**	**(43.017)**
A 31 de dezembro de 2017	**-**	**374**	**374**

	Prejuízos fiscais	Provisões não aceites	Total
A 1 de janeiro de 2016	**109.900**	**5.478**	**115.378**
Constituição por resultados	-	11.949	11.949
Reversão por resultados	(82.870)	(1.066)	(83.935)
Movimento do período	**(82.870)**	**10.883**	**(71.987)**
A 31 de dezembro de 2016	**27.030**	**16.361**	**43.391**

O montante de prejuízos fiscais acumulados que se encontram em situação de imparidade podem ser decompostos como segue:

	2017	2016
Prejuízos fiscais reportáveis:		
- ano 2013	-	160.891
	-	**160.891**

O montante acima discriminado não inclui os prejuízos fiscais reportáveis da empresa incorporada que perfazem o montante de 407.234 euros (2016: 407.234 euros), para os quais foi solicitado a respetiva dedutibilidade fiscal às autoridades fiscais nos termos do artigo 75º do IRC, dos quais poderão ainda ser utilizados os seguintes:

		Ano de caducidade
Prejuízos fiscais reportáveis:		
- ano 2012	273.648	2017
- ano 2013	133.586	2018
	407.234	

A dedução a efetuar em cada um dos períodos não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável, não ficando, prejudicada a dedução até ao final do período de reporte.

A Administração aprovou um plano de negócios na sequência do processo de fusão em que estima que parte dos prejuízos fiscais reportáveis da sociedade incorporante podem ser recuperados durante o período da sua vigência. No cálculo dos ativos por impostos diferidos não foram incluídos os prejuízos fiscais reportáveis da sociedade incorporada por estarem condicionados na sua transmissibilidade.

10 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

	2017	2016
Telemóveis	16.052	17.103
Acessórios	6.187	6.400
Equipamento informático	2.420	2.326
Equipamentos rádio	4.111	2.381
	28.770	**28.210**
Imparidade de inventários	(12.175)	(12.175)
	16.595	**16.035**

O custo dos inventários reconhecidos em 2017 como gasto e incluído na rubrica Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 96.147 euros (2016: 121.683 euros) (Nota 21).

Imparidade de inventários

	2017	2016
A 1 de janeiro	12.175	12.175
Utilização do ano	-	-
A 31 de dezembro	**12.175**	**12.175**

11 Clientes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a decomposição da rubrica de Clientes é como se segue:

	2017	2016
	Corrente	Corrente
Clientes - grupo i)	746.574	752.754
Clientes - outros ii)	1.245.705	2.338.742
Clientes de cobrança duvidosa	141.934	141.934
	2.134.213	**3.233.429**
Imparidade de clientes	(149.987)	(224.539)
	1.984.227	**3.008.891**

i) Clientes – grupo: esta rubrica refere-se essencialmente aos saldos do grupo a receber por conta dos serviços prestados no âmbito da manutenção da rede de rádio móvel e serviços outsourcing (Nota 31);

ii) Clientes – outros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes das prestações de serviços de telecomunicações e sistemas de informação.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor, sendo de natureza corrente pelo facto de se esperar que os saldos sejam realizados num período inferior a 12 meses.

Os saldos de clientes em 31 de dezembro de 2017 apresentam a seguinte antiguidade:

	Até 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total
Grupo	743.425	163	-	2.036	950	746.574
Outros	758.307	36.421	124.157	126.155	342.598	1.387.639
	1.501.732	36.584	124.157	128.191	343.548	**2.134.213**

Os saldos de clientes com antiguidade superior a 361 dias referem-se a entidades públicas para as quais existe expetativa de realização e outras entidades para as quais existe perda por imparidade reconhecida no exercício de 2017.

Para os saldos que apresentam dificuldades de recuperação foram consideradas imparidades cujo saldo resulta do seguinte movimento:

	2017	2016
A 1 de janeiro	224.539	159.267
Reforço do ano	1.818	72.037
Reversões	(76.370)	(6.766)
A 31 de dezembro	**149.987**	**224.539**

12 Estado e outros entes públicos

No período findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	2017		2016	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto sobre rendimento - IRC	-	101.616	-	24.020
Impostos sobre rendimento - IRS	-	14.541	-	15.400
Imposto sobre valor acrescentado - IVA	-	146.091	-	76.215
Contribuições para segurança social	-	35.917	-	37.688
	-	**298.165**	**-**	**153.324**

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	2017	2016
Pagamentos por conta	33.741	26.070
Estimativa de IRC (Nota 27)	(135.357)	(50.090)
	(101.616)	**(24.020)**

13 Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a decomposição da rubrica de Outros créditos a receber é como segue:

	2017	2016
	Corrente	Corrente
Outros devedores		
Outros devedores	39.852	34.375
Imparidade de Outros devedores	(23.765)	(23.765)
	16.087	**10.610**
Pessoal	**494**	**-**
Adiantamentos a fornecedores	**1.637**	**9.140**
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Prestações de serviços	712.075	463.635
Comissões	61.016	65.043
	773.091	**528.678**
	791.309	**548.428**

Os valores constantes da rubrica de Devedores por acréscimos de rendimentos referem-se essencialmente a serviços prestados pela Empresa ao acionista Electricidade dos Açores referentes à estimava dos serviços relativos ao projeto de outsourcing no valor de 347.468 euros (2016: 304.418 euros), 207.195 euros relativos a fornecimento de equipamentos ao mesmo acionista, bem como 61.016 euros (2016: 65.043 euros) a receber da VODAFONE referente a comissões.

A Imparidade constituída em Outros devedores, refere-se a um adiantamento efetuado a um despachante oficial por conta de um despacho de material a ser desalfandegado. Esta situação corre seus trâmites em contencioso.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. Os saldos a receber não correntes vencem juros a taxas de mercado.

14 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Globaleda tem registado na rubrica de Diferimentos os seguintes saldos:

	2017	2016
Custos diferidos de serviços a prestar	-	60.424
Seguros	9.623	7.797
Diferimentos ativos	**9.623**	**68.222**

	2017	2016
Serviços a concluir já faturados	342.606	186.514
Diferimentos passivos	**342.606**	**186.514**

Os gastos a reconhecer referem-se a serviços contratados, pagos antecipadamente, como seja o caso dos prémios de seguro e outros gastos associados a serviços a prestar, cuja prestação apenas ocorrerá em períodos subsequentes.

Os rendimentos a reconhecer referem-se a projetos já faturados no período e a concluir em períodos futuros.

15 Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o capital social da Globaleda, no montante de 300.000 euros, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 60.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

	% detida	Número de ações	Capital Social
Electricidade dos Açores	74,9	44.940	224.700
Novabase Business Solutions	25,1	15.060	75.300
	100	**60.000**	**300.000**

16 Reservas legais e resultados acumulados

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estas rubricas registaram os seguintes movimentos:

	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados
1 de janeiro de 2016	**64.464**	**500.866**	**120.770**
Aplicação do resultado do exercício	-	-	435.694
31 de dezembro de 2016	**64.464**	**500.866**	**556.464**
Aplicação do resultado do exercício	-	-	505.564
31 de dezembro de 2017	**64.464**	**500.866**	**1.062.028**

As Reservas legais, que ascendem a 64.464 euros, só podem ser utilizadas na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

As Outras reservas, que ascendem a 500.866 euros, são compostas por reservas livres resultantes da aplicação de resultados não distribuídos, as quais são distribuíveis aos acionistas, desde que a empresa não tenha prejuízos acumulados de anos anteriores.

De acordo com deliberação da Assembleia Geral de 31 de março de 2017, o resultado líquido, no montante de 505.564 euros, manteve-se em resultados transitados.

17 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

	2017	2016
	Corrente	**Corrente**
Fornecedores - grupo	313.278	228.735
Fornecedores - terceiros	353.744	632.283
	667.022	**861.018**

O saldo a pagar aos fornecedores - grupo decorre essencialmente da prestação de serviços das áreas administrativas e da cedência de pessoal (Nota 31).

O saldo a pagar aos fornecedores - terceiros é justificado na sua maioria pela atividade de comercialização de telefones móveis celulares (Vodafone) assim como diversos prestadores de serviços relativos aos projetos em desenvolvimento pela Empresa na área de infraestruturas de rádio, telecomunicações e sistemas de informação.

18 Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe dos empréstimos bancários, quanto ao prazo (corrente e não corrente) e natureza, é como segue:

	Empréstimos bancários	Empréstimos do acionista	Total
1 de janeiro de 2016	230.000	700.893	930.893
Recebimentos	4.410.000	-	4.410.000
Pagamentos	(3.875.000)	(273.979)	(4.148.979)
31 de dezembro de 2016	**765.000**	**426.914**	**1.191.914**
Recebimentos	1.626.000	-	1.626.000
Pagamentos	(2.391.000)	(426.914)	(2.817.914)
31 de dezembro de 2017	**-**	**-**	**-**

Todos os empréstimos estão negociados em euros.

A linha de crédito com renovação trimestral, de forma automática, tem um plafond global de 1.000.000 euros que vence juros que vence juros à taxa Euribor 3M acrescida de um spread de 0,80%.

O empréstimo remunerado do acionista EDA, S.A. venceu juros à taxa anual Euribor 6M acrescida de uma margem de 1,23%, sendo a sua última prestação liquidada em novembro de 2017.

19 Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar é como segue:

		2017	2016
		Corrente	Corrente
Fornecedores			
Fornec. investimentos - grupo		-	637
Fornec. investimentos - outros		2.523	7.243
		2.523	**7.880**
Outros credores			
Credores diversos		20.601	16.854
Pessoal		1.645	1.454
Juros a pagar - especialização		-	471
		22.246	**18.779**
Credores por acréscimos de gastos			
Férias e subsídio de férias		219.977	215.257
Outros acréscimos de gastos	i)	61.107	76.505
		281.084	**291.762**
		305.853	**318.421**

i) A rubrica de Outros acréscimos de gastos refere-se essencialmente a despesas de informática com o acionista Electricidade dos Açores no montante de 17.755 euros (2016: 23.673 euros) e a serviços prestados pela Empresa ao acionista Electricidade dos Açores referentes à estimava dos serviços relativos ao projeto de outsourcing no montante de 26.466 euros.

20 Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na Demonstração dos resultados é detalhado como segue:

	2017	2016
Vendas de produtos		
Equipamentos de telecomunicações	81.578	108.707
Acessórios	8.339	20.869
	89.917	**129.576**
Serviços prestados		
Sistemas de informação	3.742.326	3.208.991
Manutenção de infraestruturas de telecomunicações	1.327.933	2.729.236
Comissões Vodafone	755.329	698.110
Instalação de redes telecomunicações	68.490	3.083
	5.894.078	**6.639.419**
	5.983.995	**6.768.995**

Os serviços prestados no âmbito do processo de outsourcing contratualizado com o acionista EDA e faturado à Novabase dos sistemas de informação perfazem a quantia de 2.274.707 euros (2016: 1.806.880 euros).

21 Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

O detalhe do custo das mercadorias vendidas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 demonstra-se como segue:

	2017	2016
Inventários iniciais	28.210	36.873
Compras	99.183	114.275
Regularização de inventários	(2.476)	(1.256)
Inventários finais	(28.770)	(28.210)
	96.147	**121.683**

22 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

		2017	2016
Subcontratos	i)	2.250.025	3.275.394
Rendas e alugueres	ii)	202.585	177.485
Trabalhos especializados	iii)	161.808	151.783
Honorários		70.348	55.584
Comunicações		53.405	55.152
Combustíveis		45.745	35.067
Deslocações e estadas		41.621	48.244
Comissões		40.214	18.953
Conservação e reparação		38.655	57.547
Ferramentas e utensilios		24.088	28.992
Limpeza, higiene e conforto		21.027	20.508
Transporte de mercadorias		20.463	55.835
Outros (inferiores a 20.000 euros)		55.946	53.992
		3.025.930	**4.034.538**

i) A rubrica de Subcontratos refere-se essencialmente à contratação de serviços especializados e materiais incorporados na execução de projetos, salientando-se o contrato de Outsourcing com a EDA, no qual a Globaleda está subcontratada pela Novabase, empresa a quem o referido contrato está adjudicado, no valor de 387.430 euros (2016: 352.930 euros), bem como a cedência de pessoal da EDA no montante de 519.174 euros (2016: 546.403 euros);

ii) Rendas e alugueres: respeita ao aluguer das lojas comerciais fidelizadas à imagem Vodafone e à renda do edifício dos serviços administrativos e de apoio;

iii) Os trabalhos especializados incluem maioritariamente os serviços de informática no montante de 89.238 euros (2016: 92.880 euros), os honorários para a revisão legal das contas e auditoria e serviços de apoio das áreas administrativas prestados pelo acionista EDA no montante de 22.572 euros (2016: 22.433 euros).

23 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal incorridos durante o período de 2017 e 2016 foram como segue: